

SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SUPERVISÃO INSTITUCIONAL E ESTÁGIO DE PSICOLOGIA COMO FORMAS DE INTERVENÇÃO

Yara Sayão

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica) é a denominação mais recente para as Casas Abrigo que, durante muito tempo e ainda hoje, abrigam crianças e adolescentes cuja guarda está provisoriamente com o Estado. O acolhimento institucional implica na separação das crianças dos adultos que por elas se responsabilizavam e na oferta de moradia em casas com cerca de 20 acolhidos, para crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos de idade, que passam a viver um cotidiano radicalmente diferente de outras crianças e adolescentes que moram com seus familiares.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Os Saicas, como os conhecemos hoje, têm seu embasamento legal mais recente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

Dividido em duas partes, o ECA dispõe no Livro I o que se deve entender como direito à vida, saúde e educação, bem como outros direitos por ele assegurados. No Livro II, parte especial, o ECA prescreve as formas de organização da sociedade para que possam ser atendidos os direitos previstos no Livro I e dispõe sobre as formas de regulação da descentralização político-administrativa assinalada na Constituição de 1988 pelos cidadãos por meio dos Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares.

O ECA supera o binômio compaixão/repressão e o assistencialismo – grandes marcas do atendimento a infância e adolescência considerados em situação irregular pela legislação então em vigor - passando a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos exigíveis com base na lei. Não se limita à proteção e vigilância, buscando promover e defender todos os direitos: sobrevivência (vida, saúde e alimentação), desenvolvimento pessoal e social (educação, cultura, lazer e profissionalização), integridade física, psicológica e moral (respeito, dignidade, liberdade e convivência familiar e comunitária).

Dessa forma, pretende colocar crianças e adolescentes a salvo de todas as formas de risco pessoal e social, como negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desde o início da colonização europeia no Brasil, tivemos a forte marca das entidades assistenciais e religiosas se ocupando do cuidado de crianças e adolescentes de famílias pobres, antes mesmo da entrada do Estado. No período que antecedeu a promulgação

do ECA, eram bastante comuns os grandes orfanatos, internatos ou asilos de menores, alguns com até 600 crianças. A ideia e proposição contidas na nova e avançada legislação expressavam um desejo da sociedade de que não apenas essas denominações mudassem, mas também a própria concepção desse tipo de instituição. A principal mudança no atendimento a partir do ECA deveria incidir sobre seu funcionamento, passando de instituição fechada, total, para instituição inserida na comunidade e com ela se relacionando.

Segundo Benelli (2004, p.238), o termo 'instituição total' cunhado por Goffman (1987) diz respeito a:

[...] instituições que se caracterizam por serem estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A instituição funciona como local de residência, trabalho, lazer e espaço de alguma atividade específica, que pode ser terapêutica, correccional, educativa etc. Normalmente há uma equipe dirigente que exerce o gerenciamento administrativo da vida na instituição.

Para fazer frente a esse modelo de internação que visava mais à segregação e ao controle do que ao acolhimento, ao cuidado e ao reestabelecimento dos laços com a comunidade, o ECA (Brasil, 1990) afirma, em seu artigo 92:

[...] as entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I – Preservação dos vínculos familiares;
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V – Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – Participação na vida da comunidade local;
- VIII – Preparação gradativa para o desligamento;
- IX – Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Uma das principais dificuldades desse tipo de instituição, com crianças e adolescentes que demandam proteção, cuidados, afetos e referências morais, é o de não se constituir à imagem e semelhança da família, tomada socialmente como modelo único para o desenvolvimento saudável. Os valores ligados e atribuídos à família são, muito frequentemente, sacralizados pela sociedade, o que dificulta a tipificação de certo tipo de cuidado e afeto que não são do tipo familiar, mas que podem ser igualmente intensos e promotores de referências importantes para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Isso é

particularmente importante para a nossa área de conhecimento na medida em que a Psicologia, em suas diferentes vertentes teórico-técnicas, também enfatiza a indispensabilidade das relações de cuidado mãe-filho para um crescimento saudável, e essa concepção se mostra bastante presente nos profissionais que cuidam das crianças e nelas próprias. Crianças que permanecem por longos períodos em uma unidade de acolhimento institucional sofrem sobremaneira os efeitos do discurso social de supervalorização da família para o cuidado dos filhos, o que, por vezes, contrasta com a própria vivência de se sentir bem cuidado no abrigo. O peso de viver longe dos familiares, em especial da mãe, se faz presente no dia a dia dessas crianças e se constitui como um fator de exclusão social dada a estigmatização dessa condição.

Ainda segundo o ECA, as unidades de acolhimento institucional devem garantir o direito à convivência familiar e comunitária, que os abrigos têm muita dificuldade em garantir. Entendemos que um dos motivos é essa exigência social de que a família, encarada na figura da mãe, é quem deveria ser a única responsável pelos cuidados da criança e do adolescente. Há uma intensa crítica social e condenação moral das mulheres que não podem ter seus filhos consigo em um determinado período de suas vidas. As condições de vida, a intensa desigualdade social e todas as dificuldades por que passam as famílias pobres, as mais desassistidas pelo Estado e pelas políticas públicas, não são consideradas quando se trata de acusar ou condenar as mães que têm seus filhos acolhidos. É bem verdade que nos últimos anos tem se intensificado o acolhimento por motivo de violência física ou sexual, mas estes continuam a ocorrer em circunstâncias em que as péssimas condições de vida material são determinantes para muitas famílias não poderem ter seus filhos sob sua responsabilidade em um determinado período de suas vidas. A rivalização dos educadores com os familiares é motivo de muita tensão dentro dos Saicas. A presença da família no abrigo é uma das questões cruciais para as crianças e adolescentes que lá estão e faz-se necessário um trabalho junto às equipes para que o texto legal seja respeitado não apenas como questão jurídica, mas que a importância do contato familiar seja percebida, respeitada e acessada pelos profissionais das instituições de acolhimento.

DUALIDADES EM TENSÃO

Em primeiro lugar, é imprescindível trazer à tona uma questão fundamental para se pensar o trabalho em um Saica e da qual pouco se fala. Mesmo sem ler o prontuário de crianças ou adolescentes hoje acolhidas, podemos afirmar que são histórias de vida sempre atravessadas por algum tipo de violência, o que deixa importantes marcas subjetivas nesses sujeitos. Para alguns, houve a violência física e/ou sexual; para todos, a violência de se ver abruptamente separado de seus familiares ou responsáveis, pessoas de referência e apoio afetivo. Também se fazem presentes outras violências vividas pela maioria das famílias cujos filhos se encontram acolhidos, por vezes invisíveis ou naturalizadas, como a intensa desigualdade social que existe no país, pobreza ou miséria e tudo que isso acarreta: pouco ou precário acesso aos serviços das políticas públicas básicas como educação, saúde, habitação, trabalho, cultura etc., histórias de rompimento de vínculos afetivos e

pouca segurança em seu cotidiano. Essa precariedade é conhecida, mas pouco relevada pelos profissionais que se ocupam dos cuidados das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento, o que faz com que as marcas da violência, que por vezes se expressam no trato rude de muitos ou que ainda produzem sintomas em outros, encontrem pouco espaço para serem de fato acolhidas, trabalhadas e enfrentadas.

Como instituição, denominada de alta complexidade pela própria legislação que o instituiu, o abrigo tem, a nosso ver, a marca de várias dualidades:

EDUCAÇÃO × ASSISTÊNCIA SOCIAL

A instituição de acolhimento tem uma função educativa, na medida em que uma de suas finalidades é cuidar e promover a educação das crianças e jovens que nela se encontram. Ao mesmo tempo, os Saicas estão inseridos na política pública de Assistência Social, o que imprime muitas marcas ao atendimento prestado, dadas as diferentes lógicas que operam em cada um desses campos. Tomemos como exemplo a denominação e formação profissionais: se nas escolas, instituição educativa por excelência, está clara a função do professor, nos Saicas coexistem várias denominações e concepções para o profissional que prioritariamente cuida das crianças e adolescentes: educador, cuidador, orientador socioeducativo, educador social e outras. Enquanto a Educação, como política básica, exige legalmente certa escolarização mínima para os profissionais que atuam nas escolas (EMEs e EMEFs), a Assistência Social ainda não tem a exigência legal de cursos de formação inicial para a atuação na área.

PÚBLICO × PRIVADO

A instituição de acolhimento é o local de moradia dessas crianças e lugar de trabalho cotidiano para todos os profissionais que constituem a equipe técnica, educadores e profissionais de apoio. Embora tenha características de uma casa, o espaço privado por excelência em nossa sociedade, tem também elementos que a caracterizam como espaço público por ser um local que está sob a responsabilidade do poder público e deve prestar contas à sociedade de tudo o que lá dentro ocorre. Essa dualidade se expressa no cotidiano e constitui-se em fator de dificuldade tanto para os acolhidos como para os profissionais que trabalham com essa questão nos Saicas, bem como em outras instâncias da Assistência Social.

SINGULAR × COLETIVO

É necessário pensar o aspecto singular de cada criança com sua história de vida, suas necessidades particulares e seu Plano Individualizado de Atendimento (PIA), uma exigência legal. Por outro lado, o abrigo é um coletivo de muitas histórias que se inter-relacionam, por vezes se parecem, já que muitas crianças e adolescentes passam períodos intensos de suas vidas juntos e em algumas situações estabelecem laços fraternos. O que diz respeito a cada um em um Saica afeta sempre os demais como, por exemplo, as saídas

temporárias com familiares ou saídas definitivas para retorno familiar, adoção ou desabrigamento por idade.

Todas essas situações provocam sofrimento e intensos questionamentos sobre sua própria condição e possíveis horizontes de saída. Trata-se de um espaço de convívio coletivo com poucas referências sociais – diversas do modelo familiar – que amparem e sustentem essa experiência de moradia. O próprio espaço físico do Saica torna-se, muitas vezes, palco dessa dualidade, constituindo-se como foco de imensos conflitos desencadeados pelas disputas pela ocupação dos espaços existentes na casa.

Outra característica importante que nos informa o grau de complexidade para se trabalhar em um abrigo para crianças e adolescentes é o próprio texto legal e suas decorrências. Muitos dos textos e documentos oficiais da área, inclusive legislação específica, enfatizam a excepcionalidade e provisoriidade da medida de acolhimento, embora muitas crianças passem um longo período de suas vidas nessa instituição, por vezes mais de 10 anos (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006; Brasil, 2006; Brasil, 2009). Essas características apontam para um lugar transitório, de passagem, o que não favorece a atribuição da devida importância aos processos educativos que ocorrem no interior do abrigo. A aposta maior que todos os envolvidos nesses contextos fazem é a do retorno familiar, como se apenas no contexto familiar (de origem ou substituto) ocorressem os processos verdadeiramente significativos para a criança e o adolescente. Isso termina por apontar para um lugar esvaziado de sentido, definido sempre pelo que não é, apenas de trânsito ou espera, um não lugar, o que contribui para a sua falta de identidade e desresponsabilização coletiva pelo que ocorre ou deveria ocorrer no interior de um Saica. Por vezes, uma criança ou adolescente fica vários meses sem frequentar a escola devido a questões que se relacionam com seu processo no Poder Judiciário, e esse fato não é visto com gravidade, uma vez que sua estadia no Saica é considerada uma situação provisória e seu processo de escolarização é associado a situações mais definitivas (moradia por exemplo).

SUPERVISÃO INSTITUCIONAL: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO NA COMPLEXIDADE

O trabalho de supervisão a grupos de profissionais que trabalham em Saicas tem se mostrado importante ferramenta de auxílio aos profissionais que lá atuam para a intervenção em seu cotidiano. O fato de o trabalho ser de alta complexidade favorece o acúmulo de tensão, o que dificulta a reflexão sobre as práticas diárias que ocorrem no Saica. A equipe técnica e os educadores são demandados em inúmeras questões formuladas em geral pelas crianças e adolescentes que, por vezes, são impossíveis de serem atendidas, como pedidos de retorno familiar ou de adoção e esclarecimentos sobre sua história ou situação que os profissionais muitas vezes desconhecem. Há também muita demanda de afeto e cuidado continuados por parte de muitos acolhidos.

O excesso de demandas cotidianas, tanto de outras instâncias com as demandas internas do Saica, provoca um acúmulo de tarefas de natureza muito diversa e dificuldade dos profissionais em priorizar as que consideram essenciais em cada momento. O dia a dia

sempre atribulado acaba por obscurecer o projeto educativo de longo prazo e as necessidades que crianças e adolescentes têm de poder elaborar um projeto de futuro que, muitas vezes, não inclui o retorno familiar e exigirá alto grau de autonomia.

A supervisão se apresenta como uma possibilidade de buscar, em conjunto, um horizonte de trabalho que melhor dê conta de uma boa qualidade dos serviços prestados à população de crianças, adolescentes e seus familiares, que potencialize os saberes e fazeres dos profissionais que lá atuam e possibilite o compartilhamento das angústias, a troca de experiências - apenas vividas no cotidiano, mas não pensadas e discutidas -, debates e enfrentamentos que mesclam os aspectos profissionais e pessoais, ocasionando conflitos difíceis até de serem equacionados para poderem ser enfrentados. A necessidade de interlocução com profissionais de fora da instituição é tão reconhecida que inclusive os convênios das ONGs com as Secretarias de Assistência Social preveem uma verba específica para formação dos profissionais que pode ser empenhada na supervisão institucional.

São as equipes técnicas que mais têm condições de solicitar e realizar supervisões, uma vez que os educadores, pelas próprias características de suas funções de atendimento direto e contínuo, sempre apresentam mais dificuldade em poder participar das supervisões. Mesmo assim, muitos Saicas se organizam de forma a possibilitar aos educadores, mesmo que em sistema de rodízio ou dependendo de atuação de voluntários, ter acesso a supervisões quinzenais ou mensais com seus pares e junto à equipe técnica (em geral, composta por psicólogo, assistente social e pedagogo ou outro profissional da área Social ou de Educação).

O Serviço de Psicologia Escolar da USP tem oferecido desde 1997 esse tipo de supervisão, por meio do Plantão Institucional, a equipes de profissionais que atuam em instituições educativas ou na interface da Educação com a Assistência Social e Saúde.

Uma das maiores dificuldades trazidas pelas equipes se refere ao fato de os Saicas fazerem parte da rede de proteção social à infância e adolescência que, na prática, ainda pouco funciona. Isso significa que, muitas vezes, os profissionais de instituições como Conselho Tutelar, Centro de Atenção Psicossocial Infantil, Escola de Ensino Fundamental ou Centro de Referência em Assistência Social, que deveriam atuar complementarmente aos Saicas, ainda atuam de forma isolada, o que não contribui para que as pesadas tarefas que recaem sobre os Saicas possam ser compartilhadas com outras instituições. A sensação decorrente é a de se atuar solitariamente, e não em rede, agindo sempre aquém de necessidades percebidas e não atendidas, o que produz sintomas, individuais e coletivos, fazendo com que muitos indivíduos adoçam, entrem em depressão ou se desliguem desses locais de atendimento.

Outra grande dificuldade vivida pelas equipes técnicas diz respeito à relação com os educadores que atuam diretamente com crianças e adolescentes. Uma das atribuições da equipe é atuar como interlocutor desses profissionais que se envolvem de forma passional e pouco profissional com os acolhidos. A rivalidade entre técnicos e educadores e as acusações recíprocas não favorecem o trabalho em equipe, que poderia contemplar as especificidades pertinentes às diferentes funções. Isso termina por comprometer seriamente a capacidade do psicólogo e outros profissionais em escutar os educadores para auxiliá-los em suas vinculações e responsabilidades com relação às crianças e adolescentes atendidos.

A supervisão da equipe contribui para que essas dificuldades sejam explicitadas e revisitadas de modo a ampliar as possibilidades do trabalho em equipe e de intervenções complementares – ao invés de rivalizantes ou discrepantes - o que favorece com que as intervenções dirigidas ao coletivo das crianças, bem como aquelas que devem ser singulares, possam ser mais efetivas.

As equipes técnicas têm sob sua responsabilidade muitas tarefas que devem ser cumpridas em prazos determinados pela legislação ou pelo Poder Judiciário e, concomitantemente, o cotidiano do abrigo, com suas tensões e conflitos diários, exige a presença e a intervenção dos profissionais da equipe. Dada a premência do tempo ou das circunstâncias, atender a uma necessidade específica de uma dada criança ou adolescente implica em descumprir algum preceito legal, o que é uma situação altamente polêmica para os membros da equipe.

Temos como exemplo uma situação vivida em um dos Saicas e que mobilizou a equipe, com muitas discussões e divergências acerca de um adolescente que, ao ser acolhido, vinha de um longo período em situação de rua, em que fazia uso de substâncias ilícitas e havia sofrido várias violências. Na linha da redução de danos, a equipe optou por negociar com esse adolescente o uso de cigarros, única forma de conseguir com que o adolescente aceitasse permanecer no Saica. Ocorre que a legislação não permite o uso de cigarros por menores de 18 anos e não há previsão de verba no abrigo para a compra de cigarros. O que fazer? Seguir a lei e não permitir o uso de cigarro – e saber que o adolescente não ficaria no abrigo, voltaria a morar na rua e sofreria mais violências – ou correr o risco de descumprir a lei, mas tentar tirar o adolescente da situação de exploração a que estaria certamente exposto? Questões dessa natureza surgem na supervisão e demandam muito cuidado por parte do supervisor em seu manejo, uma vez que são situações-limite que a equipe precisa de muita clareza e segurança para debater, optar e sustentar suas posições, por vezes sem retaguarda das instâncias superiores e se colocando em situação de vulnerabilidade.

O trabalho na interface com a Assistência Social e o Judiciário exige da equipe técnica tomada de posição em situações de conflitos de interesse. Por exemplo, mães dizem e reiteram que desejam retomar a guarda de seus filhos acolhidos, enquanto os mesmos (ou um deles) se recusam insistentemente a aceitar essa opção, preferindo viver no abrigo. O juiz da Vara da Infância e Adolescência, para fundamentar sua decisão, pode solicitar o posicionamento da equipe do abrigo, uma vez que esses profissionais estão em contato mais direto tanto com as crianças e adolescentes quanto com seus familiares por ocasião das visitas. Pensa-se no psicólogo como o profissional mais capacitado para essa tarefa. Ocorre que, em sua formação, os psicólogos são pouco expostos a tomar decisões ou sugerir-las às pessoas que atendem. Enfatiza-se mais a escuta e o auxílio para que o outro tome suas próprias decisões. Como se posicionar frente a pedidos dessa natureza provenientes da maior autoridade do Poder Judiciário, justamente trabalhando ao lado de profissionais do Serviço Social que têm por hábito cumprir sem discutir as ordens judiciais? Decisões como essa e outras em que o claro posicionamento do profissional é solicitado, interferem de forma radical na vida de muitas famílias e são de extrema responsabilidade, demandando discussão e muita reflexão entre os membros da equipe técnica que atua em cada abrigo.

Outro fato relevante no trabalho de supervisão diz respeito às implicações pessoais e relações de gênero em equipes que atuam em Saicas. Assim como em quase todos os equipamentos de função educativa, nessas instituições há mulheres atuando em número muito maior do que homens, o que imprime certas características ao atendimento oferecido. A questão da demanda de afeto, uma característica marcante dos Saicas, é tomada quase sempre como uma questão que se articula com cuidados maternos e é quase sempre nessa chave que esse equipamento opera, por exemplo, nas datas festivas de final de ano, quando educadores e mesmos os técnicos são convidados (ou se oferecem) para levar as crianças para suas casas e conviver com eles por vários dias quando não há possibilidade de algum familiar assumir essa responsabilidade. Essas situações são bastante usuais e, o mais delicado, são vividas com naturalidade preocupante pelos profissionais. Cabe à supervisão trazer à tona tais questões para discussão, dado que não são absolutamente tranquilas e demandam reflexão ampla em todos os aspectos complexos da situação. Também surgem em supervisões institucionais atravessamentos pessoais que se entrecruzam com a questão do abandono. Não são raros depoimentos de profissionais em supervisão que trazem histórias de abandono ou adoção em sua própria história pessoal ou familiar; profissionais que passaram períodos de sua infância ou adolescência longe da família ou em instituições de acolhimento como as que trabalham atualmente.

Nos grupos em que foi possível reunir equipe técnica e educadores, pudemos notar a importância desse encontro. O fato de ouvir os colegas, descortinar as imensas dificuldades vividas em outra função da qual pouco se conhece, discutir juntos alternativas para a condução do trabalho junto a crianças e adolescentes que demandam cuidados especiais, aproxima profissionais que pouco se articulam no cotidiano, favorecendo a constituição da equipe com horizonte comum, abrindo novas possibilidades de discussão de casos e recuperando o lugar da criança como sujeito da ação do Saica. A partir desses efeitos, notamos também a diminuição de questões sintomáticas no interior da equipe e ampliação de modos de relação menos acusatórios e mais compartilhados. A frequente oscilação entre as sensações de impotência e onipotência (quando alguma intervenção era reconhecida como bem-sucedida) puderam ser analisadas e ressignificadas, contribuindo para o planejamento de intervenções menos alienadas e mais conscientes das limitações e potências da equipe a cada momento e em cada situação.

ESTÁGIO DE PSICOLOGIA: OUTRA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO

Ao longo da existência do Serviço de Psicologia Escolar, o estágio em instituições educativas voltadas a crianças e adolescentes mostrou-se uma experiência de formação e intervenção potentes no cotidiano institucional. Embora inicialmente não articulado a uma disciplina curricular que trabalhasse conteúdos teóricos específicos ligados à questão do acolhimento ou separação familiar, o estágio de psicologia em uma unidade de Saica mostrou-se importante em função do impacto que esse tipo de experiência poderia ter na formação dos alunos, pouco acostumados a enfrentar estágios menos delineados

a priori e com a função do estagiário ainda por ser definida no decorrer do trabalho com as crianças e adolescentes.

São muitos os profissionais de instâncias (Conselho Tutelar, Vara da Infância e Adolescência, Creas, Saica e outros) que atuam interferindo e determinando a vida de crianças e adolescentes acolhidos, o que incorre no risco de que estes sejam colocados no lugar de objeto dessas intervenções. O estágio de psicologia visa possibilitar que crianças e adolescentes acolhidos se coloquem como sujeitos de sua própria história, conheçam mais sobre sua trajetória de vida, estabelecendo relações entre vivências, sentimentos e fragmentos de histórias relatadas, e, a partir disso, possam acessar e expressar seus desejos e escolhas em relação ao seu cotidiano e também ao seu futuro. O objetivo do estágio é oferecer interlocução às crianças e adolescentes que manifestem curiosidade, desejo ou interesse por um contato com alguém de fora da estrutura institucional. O(a) estagiário(a) se apresenta disponível e interessado em escutar, conhecer, interagir com as diferentes linguagens e oferecer apoio aos que demonstrem de alguma maneira essa demanda. Os estagiários frequentam semanalmente o abrigo, onde permanecem por duas horas em duplas ou trios e circulam, sempre disponíveis para o contato e interação. Na USP, ocorre a supervisão semanal em grupo desse estágio que tem caráter didático e formativo, realizada por uma das psicólogas do Serviço que solicita aos alunos relatos semanais cujo conteúdo alimenta as discussões, reflexões e aprendizados que ocorrem na supervisão. O estágio pretende incidir sobre o funcionamento institucional do Saica, o que faz com que a escuta e intervenção dirijam-se também aos funcionários da casa, e não apenas às crianças e adolescentes acolhidos (Machado, 2014).

O Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP, entre 2007 e 2016, ofereceu estágio em uma mesma Casa Abrigo, hoje unidade de serviço de acolhimento institucional, localizada em bairro da zona oeste da cidade de São Paulo, considerado de classe média. A ideia inicial era chegar a uma dessas unidades que tivessem alguma demanda para a intervenção de estagiários, e não uma instituição que apenas aceitasse a proposta formulada pela psicóloga do Serviço. Pelas experiências anteriores de estágio, já se percebia a importância da formulação de alguma demanda por parte da instituição para o início da entrada de estagiários, uma vez que, considerado o prestígio da Universidade de São Paulo e de ações por ela promovidas no campo de instituições pouco assistidas pelo poder público, muitas se mostravam receptivas mesmo sem ter clareza se tinham ou não demanda para o trabalho com estagiários de psicologia.

A partir de contato com a supervisão regional da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), houve uma divulgação da disponibilidade do trabalho e, a partir dessa informação, uma unidade de acolhimento entrou em contato para solicitar o estágio. A demanda inicial era um tanto difusa, elaborada a partir de uma intervenção psicológica anterior que havia sido encerrada naquele abrigo e era voltada para o atendimento de algumas crianças e adolescentes em uma dada modalidade psicoterápica. Houve, então, uma disposição da psicóloga do SePE em abrir um diálogo com esse abrigo, o que acabou por se transformar, além do estágio de psicologia para alunos da graduação do IPUSP, em um pedido de supervisão para a equipe de direção do abrigo, realizada por alguns anos.

Nos diálogos que precederam a entrada do primeiro grupo de estagiárias nessa instituição, a psicóloga do Serviço entrou em contato com as dificuldades mais prementes apresentadas pela coordenadora do abrigo: crianças e adolescentes com os mais diferentes níveis de escolaridade e com imensas dificuldades de leitura e escrita, o que acarretava em problemas para acompanhar a escolarização. Além disso, problemas familiares de grandes proporções, crianças e adolescentes que, segundo essa coordenadora, precisavam de atendimento psicológico individual por terem vivido situações de intensa violência antes de seu acolhimento institucional, muitos conflitos cotidianos entre adolescentes e crianças no abrigo, com agressões de todo tipo. Também foram citadas dificuldades no atendimento das crianças menores e dos bebês.

A partir dessa escuta inicial, deu-se a entrada dos estagiários no abrigo obedecendo a um ritual que se manteve ao longo desse período: uma reunião no início do semestre para escutar quais as preocupações em relação à população da casa naquele momento e uma reunião final, desta vez com a participação de todos os alunos envolvidos no trabalho daquele período. A reunião inicial sempre ocorria entre os profissionais da direção do abrigo e a psicóloga responsável pelo estágio, sendo que, na reunião final, contava-se também com a participação dos alunos do IPUSP.

A princípio, eram aceitos alunos a partir do terceiro ano da graduação e, logo depois, se passou a trabalhar também com alunos que cursavam o segundo ano, o que marcava a composição bastante heterogênea desse grupo, no que diz respeito aos motivos pessoais ou necessidade de experiência prática que impulsionavam os alunos a buscar esse estágio e ao percurso de formação teórico-clínica, já que havia grande diferença entre alunos do quinto ano que já realizavam atendimentos individuais ou grupais e alunos que nunca haviam realizado estágio e nem sequer haviam tido contato com crianças e adolescentes fora do círculo familiar.

Ao longo desses anos, foram muitas as questões que se apresentaram nas supervisões a partir da leitura e discussão dos relatos semanais enviados pelos alunos. Apresentaremos mais adiante neste texto alguns recortes dos escritos dos estagiários que se mostraram potentes para a compreensão e intervenção em diferentes situações no decorrer desse estágio.

A proximidade etária dos estagiários com os abrigados é algo que logo se mostrou uma possibilidade interessante para produzir aproximações, identificações e vários tipos de diálogos. Ambos partilham as mesmas referências culturais e apresentam um pertencimento geracional que traz muita afinidade imediata, o que favorece identificações que atravessam todo o trabalho. Crianças e adolescentes, acostumados a serem cuidados e atendidos por profissionais já adultos, ao entrar em contato com os estagiários jovens, permitem-se mais abertura para conhecimento, exploração e brincadeiras. Além disso, pelo fato de compartilharem o mesmo universo cultural, os encontros e conversas entre eles são radicalmente diferentes de encontros vividos com pessoas mais velhas, pertencentes a outra geração. Por várias vezes adolescentes que se mostravam arredios a qualquer contato e eram motivo de preocupação por parte dos profissionais da casa, iniciaram um potente diálogo com um(a) estagiário(a) a partir do reconhecimento de uma música que era ouvida em seu fone de ouvido ou cantada por alguém próximo e,

a partir dessa situação de afinidade, os adolescentes passaram a procurar contato e diálogo com alguém que conhecia e gostava do mesmo tipo de música que ele.

Estagiários e abrigados também compartilham a situação de serem alunos, o que gera um encontro que pode ser explorado de muitas formas pelos estagiários. Conversas e queixas sobre a escola e pedidos para ajudar na lição foram situações frequentes e eram pretextos para longas conversas e depoimentos pessoais bastante carregados de angústia. A escuta mostrou-se ferramenta muito importante para a ação dos estagiários que, a princípio, mostravam-se receosos de serem depositários de depoimentos de experiências pesadas como envolvimento em situações de violência, perdas dramáticas, dores pela separação dos familiares ou angústia por não saber de possibilidades de retorno familiar. Essa era uma das questões mais trabalhadas ao longo das supervisões, de forma a instrumentalizar os estagiários para acolherem esses depoimentos, contribuindo para o enfrentamento das difíceis questões que marcam a vida dessas crianças e adolescentes.

Apresentamos a seguir um relatório de uma aluna¹ que ilustra o tipo de escuta e intervenção que favorecem a mudança de percepção e posição da criança em relação a aspectos de sua própria história, assim como a criação de nexos entre situações por ela vividas em lugares e momentos muito distintos, possibilidades que surgiram a partir da interlocução com a estagiária no decorrer de muitos encontros ao longo do semestre.

[...] não sei por quê (e agora isso talvez seja o que menos importa, embora eu quisesse me lembrar de onde apareceu a ideia), mas perguntei para Luana (9 anos) se ela se lembrava do dia em que a gente tinha se conhecido. Ela disse que não, então eu comecei a contar como se fosse uma história, com detalhes que nem eu tinha certeza, uma narrativa inventada e reinventada. Ah! Agora lembrei por onde começamos: o Chicão (16 anos) estava sentado perto dela e falou que a única coisa que gostava de fazer era jogar futebol. Antes que eu pudesse sugerir que jogássemos futebol, ele se levantou, saiu e voltou para lá algumas vezes depois. Em seguida, Luana falou que também gostava de jogar futebol e eu falei que no dia que eu a tinha conhecido ela me falou que gostava de futebol, que jogava sempre na escola com os meninos e com as poucas meninas que também gostavam, e nós fomos no quintal jogar futebol de bexiga.

Perguntei se ela se lembrava desse dia, ao que ela prontamente respondeu que não. Decidi, então, contar, desde como se deu nossa apresentação, até nossa ida para os fundos e a conversa difícil que a gente teve lá trás. Recontei para ela que ela me disse da sua tia

¹ Adriana Assmann Simonsen, aluna do quarto ano da graduação em 2009 e uma das responsáveis pela adoção do relato semanal como aspecto indispensável desse estágio. Agradeço a ela e também aos cerca de 100 alunos que realizaram esse estágio ao longo desses dez anos de trabalho.

que tinha acabado de falecer, como ela sentia saudades dela, como era diferente estar no abrigo, mesmo ela já tendo passado por aqui e sua irmã e sua sobrinha morando aqui há algum tempo. Até então ela ouviu em silêncio, mas em seguida falou: “é eu ainda sinto muita saudade da minha tia América.” E eu disse que a gente sente mesmo saudades das pessoas que foram importantes para a gente. Perguntei que momentos ela se lembrava de ter vivido com essa tia que davam saudades. Ela contou de um bife que a tia cozinhava e que era uma delícia, das idas ao parque, das idas ao Sesc. Disse que aprendeu a cozinhar com a tia e que não pode cozinhar no abrigo, mas quando puder ela vai cozinhar para lembrar-se do bife gostoso da tia que ela comia com pão e manteiga. Depois contou de lembranças não tão boas de um namorado da tia que ela não gostava porque ele não tinha dentes e chegava muito bêbedo em casa e às vezes batia na tia, mas que essa tia era muito boa e acabava cuidando dele para ele ficar bem.

Silêncio. “Conta de novo a história de quando a gente se conheceu!”, disse ela. “Podemos contar juntas dessa vez. O que você acha?” Ela topou, mais segura de que poderia ela também ser narradora de uma cena da qual participou. Eu começava as frases, algumas vezes até de um jeito meio vago e ela entrava, com detalhes, sensações, medos, desconfortos, lembranças da diversão e da troca que se deu naquele encontro e que, por volta de um ano depois, estava sendo revivida e de certa forma radicalizada. Contou de novo a história da tia, mas de modo mais breve; pediu “[...] queria pular essa parte [...]” e continuou contando da nossa ida ao vizinho para pedir a bola que tinha caído lá, o sucesso da nossa empreitada, meu cansaço depois do desafio de jogar bola com ela. E contou a história de novo, ela começando dessa vez. Parou no meio e sugeri: “Querida escrever uma carta. Vamos?” Mas, é claro, pegamos papel e caneta. E que investimento! Fizemos linhas com régua na folha sulfite e foi necessário que eu começasse traçando as linhas enquanto ela apenas segurava “coadjuvamente” a régua, ao final, depois de uma certa insistência minha de que ela era capaz de fazer as linhas, eu é que passei a dar a ajuda coadjuvante.

Na capa ela queria escrever “A história da Luana”. Pediu que eu escrevesse, comecei e sugeri que ela escrevesse o “Luana”, que escreveu com letra cursiva (até então ela só tinha escrito em letra de forma e com dificuldade até com seu nome). Depois, escrevemos uma história que se aproximava e se distanciava da história contada até então, como se a história da Luana pudesse ser várias e infinitas

em uma só. Apareceram os nomes das crianças do abrigo, todas e com o cuidado de não esquecer nenhuma.

Enquanto escrevíamos, outra criança chegou para sentar ao nosso lado, ouviu a Luana dizendo o nome dela para que eu o escrevesse e quis logo saber o que se passava. A Luana disse que não era da conta dela e eu arrisquei: “a gente estava escrevendo a história da Luana e você apareceu aqui [...]” Silêncio. Fiquei com medo de ter falado demais, talvez a Luana não quisesse que os outros soubessem sobre o que escrevíamos, mas ela pareceu nem se importar com o ocorrido e continuou falando mais nomes, e não como se fossem mais nomes, mas como se cada um ocupasse um lugar singular e especial nessa história vivida e escrita.

As intervenções dos estagiários eram sempre alvo de discussão no grupo de supervisão. Como realizar a transposição da teoria para a situação concreta que aquela criança trazia? Qual linguagem utilizar para conversar questões difíceis com uma criança de seis anos? O que dizer para um adolescente de quinze anos que confessa que já viveu de tudo e já pode morrer?

Desde o início percebemos que as crianças se utilizavam de perguntas pessoais dirigidas aos estagiários para tocar em assuntos que gostariam de conversar, como, por exemplo, a questão da sexualidade. Era bastante frequente que as crianças perguntassem aos estagiários se tinham namorados e como era o namoro. Também surgiam muitas perguntas que apontavam para o tema da família: “você agora é minha mãe?”, “vocês são irmãs?” (para dupla de estagiárias) ou “sua mãe é muito brava?”, indagações que, quase sempre, indicavam a necessidade de conversar sobre esse tema.

No grupo de supervisão, discutíamos a importância de escutar essas perguntas não apenas como curiosidades das crianças e adolescentes sobre os estagiários, mas principalmente escutar as questões das próprias crianças trazidas por meio daquelas perguntas, e mudar a posição do estagiário, facilmente estabelecida, de centro das atenções para interlocutor confiável e disponível. Uma dificuldade adicional era saber se a questão poderia ser conversada no grupo de crianças presente naquela cena ou se demandava a busca de um espaço mais reservado para uma conversa com apenas um ou mais acolhidos.

Os jogos e as brincadeiras com as crianças se mostraram importantes linguagens para o trabalho dos estagiários, que, a princípio, se mostravam muito travados para entrar em situações lúdicas ou quando entravam no jogo tinham a sensação de que haviam ficado “só brincando o tempo todo” e que não haviam feito nada de significativo naquele dia. O brincar era explorado na supervisão, tanto do ponto de vista teórico quanto técnico, de modo a favorecer a percepção dos estagiários para o uso instrumental do lúdico não apenas como ferramenta psicoterápica, mas também como apropriação e elaboração de situações vividas. O jogo como linguagem era também explorado pelos acolhidos como um modo de se aproximar e “testar” os estagiários. No início do semestre, eram frequentes

as brincadeiras de uma criança se apresentar ao estagiário com o nome de outra, um casal de adolescentes dizer ao estagiário que o bebê que havia chegado no abrigo era filho deles e o relato de histórias variadas com conteúdo de muita violência que tinham o objetivo de chocar os estagiários.

Nossa leitura e escuta na direção da análise das tentativas de ludibriar o outro como um jogo e de sua potência como linguagem constituía uma das bases de compreensão e intervenção para essas conversas, motivo de muita diversão para os acolhidos e que terminavam por aproximá-los dos estagiários, constituindo-se em tentativas de vinculação que mostravam as diversificadas e intensas estratégias de relação dessas crianças e adolescentes.

Um aspecto importante trabalhado em supervisão diz respeito às imensas diferenças de classe social entre estagiários e acolhidos, o que, a princípio, era visto como aspecto dificultador do trabalho pelos estagiários. Essas diferenças compareciam como curiosidades, formuladas sob a forma de perguntas dos acolhidos aos estagiários, como “na sua casa tem piscina?”, “você tem tudo que quer?” ou ainda “você nunca andou de ônibus?”. Por outro lado, a visão inicial dos estagiários sobre crianças e adolescentes acolhidos era permeada por sentimentos de piedade e compaixão. Como equacionar possibilidades de encontro tendo como pontos de partida visões estereotipadas e expectativas tão diversas?

Outra questão frequentemente trazida na supervisão era a dificuldade em lidar com a acirrada disputa entre os acolhidos pela atenção e afeto dos estagiários. Como lidar com crianças que demandam atenção exclusiva em um espaço coletivo e todos estão em situação de separação dos pais? Como atender cada criança em sua necessidade específica, atuando de forma diversa ao mandato educativo que preconiza o tratamento igual para todos? Por meio de discussão das práticas de jogos e brincadeiras que propiciavam momentos interessantes, apostamos em tentativas de reunir pequenos grupos de crianças de idade próxima, o que se mostrava facilitador de intervenções mais potentes. Ao mesmo tempo que se percebia mais afinidade entre as crianças, esses momentos propiciavam também o surgimento de grandes conflitos, situação que sempre demandava intervenção dos estagiários de forma diversa da intervenção dos educadores da casa. O fato de os estagiários não serem os responsáveis pela educação daquelas crianças permitia que a intervenção, baseada em sua escuta, fosse direcionada não para o modo de relação de cada criança com seu semelhante (aspecto educativo) mas da criança ou adolescente com suas próprias questões

A atuação dos estagiários era sempre alvo de atenção por parte dos educadores e demais profissionais do Saica. Foram necessários anos de experiência e muita conversa com a equipe técnica para que, aos poucos, ocorresse uma mudança na percepção inicial que os educadores tinham dos estagiários: alguém com quem poderiam compartilhar a responsabilidade pelo cuidado com as crianças. Foi importante diferenciar a função do estagiário como alguém que não poderia se constituir como autoridade/responsabilidade, função exclusiva dos profissionais diretos do Saica. Aos poucos, os estagiários foram sendo vistos como jovens que iam brincar e conversar com as crianças, e não ajudar os educadores em suas tarefas cotidianas, embora, às vezes, essa atitude fosse necessária.

Em várias situações, os estagiários foram procurados por educadores intrigados com a intimidade rapidamente adquirida pelos estagiários e desejosos de uma conversa sobre as crianças, fato que motivava algumas trocas pontuais ou ensejava uma nova modalidade de atendimento dos educadores que demandassem esse tipo de intervenção que ocorreu em alguns semestres.

O envolvimento das crianças e adolescentes em contextos de violência era um tema recorrente. Ocorreu uma discussão bastante produtiva com um grupo de estagiárias em torno da (aparente) violência expressa de modo muito intenso na relação de abrigados entre si, especialmente dos adolescentes. Esse fato chamava bastante a atenção dos estagiários, e o grupo se voltou para o estudo e análise desses acontecimentos, que se traduziam por xingamentos repetidos, ofensas, cenas de humilhação no coletivo, apelidos jocosos e depreciativos. Importante notar que os próprios estagiários não eram alvo desse modo de tratamento e, a partir dessa percepção, assim como da leitura e pesquisa de bibliografia pertinente, o grupo pode reconsiderar o que a princípio foi percebido como violência. Uma das alunas associou esse modo de relação entre os adolescentes com os desafios que ocorrem entre músicos repentistas e em rodas de moda de viola, expressões musicais conhecidas como parte integrante do folclore paulista e mineiro.

A partir do estabelecimento desse paralelo, foi possível ressignificar aquele modo de relação que preocupava e sobre o qual os alunos achavam, a princípio, que deveriam intervir para modificar. A percepção de que as provocações poderiam funcionar como estímulo para que o outro rapidamente respondesse passou a ser vista também como uma forma de cuidado de um abrigado com o outro, uma estimulação para “ficar mais esperto para enfrentar a vida, que não é mole, não”, como disse um dos abrigados. Esse outro modo de encarar a questão permitiu e trouxe à tona o diálogo sobre essa forma de tratamento com os abrigados, que passaram a ser vistos (e a se ver) com a capacidade de cuidar do outro, e não com a intenção de destruí-lo. Dessa forma, importantes aprendizagens puderam ser construídas, com desfechos mais respeitosos com a população atendida, diminuindo estereótipos e avaliações baseadas no senso comum (“violência gera violência”, “esse modo de tratamento é a linguagem que eles conhecem” etc.). Entrar em contato com códigos desconhecidos para os estagiários, que vinham de vivências de muito mais cuidado e atenção por parte dos adultos responsáveis, mostrava a possibilidade de intervenções que prescindiam da experiência vivida, ponto de partida e de interrogação para muitos no início do estágio: “como vou poder intervir em uma realidade tão diversa da que conheço, onde a patologia não é o que se coloca como questão?”.

Os relatos semanais escritos pelas duplas de estagiários revelavam não apenas o aspecto formativo e as aprendizagens decorrentes dessa prática, mas também diversas modalidades de atendimento em instituição que não têm objetivos terapêuticos, mas que, por vezes, provocavam esse tipo de efeito. Essas diferentes modalidades correspondem aos diversos estilos de intervenção e experimentação que cada estagiário imprime em sua intervenção. A discussão dessas diversas possibilidades em grupo na supervisão favorece sobremaneira a aprendizagem de cada estagiário com seus pares e colegas, potencializando assim a construção coletiva do conhecimento. Para finalizar, apresentaremos um

trecho do relatório final de outra aluna² que ilustra as possibilidades de intervenção em momentos críticos, junto a um adolescente e a profissionais do Saica.

[...] é preciso lembrar que isto que vou relatar aconteceu em um período bastante conturbado em que estávamos às voltas com os sumiços e as reaparições dos dois irmãos, Adão e Claudio (11 e 12 anos).

Estava no quintal dos fundos quando uma educadora me pede para conversar um pouco com o José (14 anos) que está na sala. Diz que a coordenadora conversou com ele e deu-lhe um ultimato, já que fazia algum tempo que ele não ia à escola. Fui até ele e perguntei se queria conversar, ele não respondeu. Perguntei, então, se eu poderia ficar ali ao seu lado e ele fez que sim com a cabeça. Fiquei ali algum tempo, reparei que sua mochila nas costas estava cheia e perguntei o que tinha lá. Ele disse que tinha suas coisas mais importantes, pois o tinham expulsado do abrigo. Em seguida, ele disse que estava muito triste. Conversamos um pouco sobre quando ele tinha chegado há alguns anos, dos amigos que tinha feito e daí por diante. Ele me disse que não sabia para onde ir, que gostaria de morrer e que acabaria morrendo. Enfim, conseguimos conversar um pouco. De repente uma educadora vem até nós, interrompe um assunto importante e joga uma mala vazia no colo de José e no meu. Ele diz, muito bravo, que aquela mala não é dele. A educadora diz, também em tom exaltado, que aquela mala era a última coisa que o abrigo tinha a lhe oferecer, era para ele juntar suas coisas e ir embora. Ele jogou a mala no chão e saiu correndo em direção à rua. A educadora ficou sem saber o que fazer. Eu, absolutamente no impulso, corri atrás dele. Quando o alcancei já estávamos distantes do abrigo. Percebi que ele chorava. Perguntei se eu poderia ir junto. Ele não respondeu. Pedi que ele me dissesse caso não quisesse minha companhia. Novamente não respondeu. Subimos a rua em silêncio. Perguntei se estava longe o lugar para onde iríamos. Ele disse que não e riu de mim porque eu já estava cansada. Contou-me que iríamos à praça onde Claudio dormia. Respondi que eu precisava mesmo conversar com ele.

Chegamos na praça, ele apontou um banco e disse que era ali. Debaixo do banco havia algumas roupas e uma tábuia tampando o vão. O Claudio não estava. Ele disse que esperaria e que passaria a

² Dailza Pineda, aluna do quinto ano do curso de Psicologia em 2008.

noite ali. Procuramos pela praça, que é bem grande, perguntamos a um segurança e a outros transeuntes, eles afirmavam que o menino estivera ali há pouco tempo. Enquanto procurávamos, José me contava das vezes que tinha ido àquela praça, das brincadeiras, das estripulias, dos tombos, dos cachorros que tinham corrido atrás dele...

Voltamos decepcionados ao banco-casa-do-Claudio. Tive a ideia de escrever algo para Claudio. José disse para eu escrever no tronco da árvore, mas não deu certo. Depois, achou um lápis sem ponta em sua mochila. Apontou o lápis com uma pedra e me deu. Procuramos um papel, mas não encontramos. Decidimos que eu escreveria na tábua debaixo do banco. Perguntei se o Claudio sabia ler, ele disse que sabia um pouco, mas era pior do que ele. Compomos uma pequena carta, dizendo que tínhamos estado ali, procurando por ele, sentíamos sua falta, eu disse que estava preocupada e que era para ele cuidar bem do José aquela noite. Assinamos. Não sabia se José queria deixar seu nome ali, ele disse que sim, para quando as educadoras viessem procurar. Ele me disse que tinha sido expulso, por isso não voltaria sozinho e não imploraria abrigo. Falei para ele que eu precisava avisar as meninas que estavam no abrigo comigo, dizer que elas poderiam ir embora sem mim. Ele disse para eu ligar do orelhão. Liguei, contei que eu não voltaria logo, disse a ele que elas estavam perguntando onde eu estava, ele deu as coordenadas e disse onde a gente estava.

Era evidente que José não queria ou não tinha como ir embora do abrigo. Falamos, então, sobre o motivo da “expulsão”, ele disse que era muito ruim ir à escola, afinal, já estava na quinta série quando lhe voltaram à primeira. Propus que conversássemos juntos com a coordenadora, marcamos de nos encontrar em frente ao abrigo na semana seguinte para tal reunião. Ele disse que precisava ir ao local onde trabalhava, explicar o que tinha acontecido, provavelmente lhe despediriam. Ele quis ir mesmo assim. Disse a ele que eu precisava voltar ao abrigo e pegar minhas coisas. Ele voltou comigo, nos despedimos e de lá foi ao trabalho.

O relato nos mostra a importância de a estagiária se colocar incondicionalmente ao lado do jovem naquele momento delicado e, pelos acontecimentos posteriores a esse relato, vimos como atitudes passionais dos profissionais do Saica no enfrentamento de dificuldades circunstanciais vividas com um adolescente eram passíveis de mudança a partir da intervenção do estagiário, o que se mostrou importante ferramenta de trabalho naquela instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benelli, S.J.. (2004). A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 21 (3), 237-252.

Brasil. (1990). Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

_____. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária*, CONANDA/CNAS.

_____. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. CONANDA/CNAS.

Machado, A.M. (2014). Exercer a postura crítica: desafios no estágio em psicologia Escolar. *Psicologia: ciência e profissão*, 34(3), 761-773. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001112013>.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Brasília: CONANDA.